



MUJERES, COOPERATIVISMO Y ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA EN IBEROAMÉRICA

COORDINADORES

**Carmen Marcuello Servós · María del Carmen Barragán Mendoza
Eliane Navarro Rosandiski · Juan Fernando Álvarez Rodríguez**



DIRECCIÓN GENERAL DEL TRABAJO AUTÓNOMO, DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y DE LA RESPONSABILIDAD SOCIAL DE LAS EMPRESAS

MUJERES, COOPERATIVISMO Y ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA EN IBEROAMÉRICA

COORDINADORES

Carmen Marcuello Servós

Universidad de Zaragoza, OIBESCOOP, España

María del Carmen Barragán Mendoza

Universidad Autónoma de Guerrero, México

Eliane Navarro Rosandiski

Pontificia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Brasil

Juan Fernando Álvarez Rodríguez

Pontificia Universidad Javeriana, Colombia



DIRECCIÓN GENERAL DEL
TRABAJO AUTÓNOMO,
DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y DE
LA RESPONSABILIDAD SOCIAL
DE LAS EMPRESAS

BRASIL

PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA PELA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA NO BRASIL: O CASO DA REDE FEMINISTA

Eliane Navarro Rosandiski

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)
Universidade de Campinas (UNICAMP)

RESUMO

O Brasil é um país continental, marcado por profundas desigualdades sociais. As atuais desigualdades de renda, de acesso à educação, de acesso ao trabalho não são recentes, ao contrário, resultam de um padrão produtivo que se instalou numa sociedade estruturalmente racista. Nesse quadro de pobreza e de exclusão, a desigualdade de gênero ganha contornos dramáticos e mobiliza o debate em torno de ações. Destacam-se ações inseridas no campo da economia solidária, capitaneadas por mulheres e direcionadas para mulheres. O potencial dos princípios da Economia Solidária como forma de articulação e mobilização das comunidades é enfatizado para a superação da vulnerabilidade, mas basicamente como forma de empoderamento dos grupos no território. O caso da Rede de Economia Solidária Feminista (RESF) se caracteriza por ser uma rede aberta, em permanente construção e assentada na experiência e na luta das mulheres que assumem conscientemente seu protagonismo na economia

solidária e feminista. Seu diferencial é a constituição do espaço de articulação política em cada Estado. O diagnóstico qualitativo da participação das mulheres na RESF tem um sentido contraditório. De um lado, ocorre em segmentos produtivos em grau de fragilidade muito grande, conciliando o trabalho com as atividades domésticas e de cuidados reproduzindo a discriminação do lugar das mulheres na divisão sexual do trabalho. De outro lado, não tem como deixar de considerar, tem significado para estas mulheres um espaço de participação e uma possibilidade de autonomia econômica e de engajamento na superação dos limites de seu papel social com a construção de alternativas.

Palavras-chave: Feminismo; Economia Solidária; Desenvolvimento Local.

RESUMEN

Brasil es un país continental, marcado por profundas desigualdades sociales. Las desigualdades actuales en ingresos, acceso a la educación y acceso al trabajo no son recientes, por el contrario, son el resultado de un patrón productivo que se instaló en una sociedad estructuralmente racista. En este contexto de pobreza y exclusión, la desigualdad de género adquiere contornos dramáticos y moviliza el debate en torno a las acciones. Destacan las acciones en el ámbito de la economía solidaria, lideradas por mujeres y dirigidas a mujeres. Se enfatiza el potencial de los principios de la Economía Solidaria como forma de articulación y movilización de comunidades para superar la vulnerabilidad, pero básicamente como forma de empoderamiento de grupos en el territorio. El caso de la Red Feminista de Economía Solidaria (RESF) se caracteriza por ser una red abierta, en permanente construcción y basada en la experiencia y lucha de mujeres que asumen conscientemente su rol en la economía solidaria y feminista. Su diferencial es la constitución del espacio de articulación política en cada Estado. El diagnóstico cualitativo de la participación de las mujeres en la ESF tiene un significado contradictorio. Por un lado, se da en segmentos productivos muy frágiles, conciliando el trabajo con las actividades domésticas y de cuidado, reproduciendo la discriminación del lugar de la mujer en la división sexual del trabajo. Por otro lado, no se puede pasar por alto que significa para estas mujeres un espacio de participación y una posibilidad de autonomía económica y compromiso en la superación de los límites de su rol social con la construcción de alternativas.

Palabras clave: feminismo; Economía solidaria; Desarrollo local.

1. INTRODUÇÃO

Discutir o protagonismo das mulheres no avanço da economia social e solidária no Brasil é uma tarefa árdua e, com certeza, injusta, visto que muitas iniciativas e muitas ações ficarão de fora desse relato. Essa dificuldade está associada, não apenas, mas fundamentalmente, à dimensão continental do país e, por conta disso, as especificidades de cada Região brasileira. Essa heterogeneidade regional se apresenta desde a diversidade de clima, até a estruturação das atividades econômicas, na propriedade da terra, na densidade populacional em cada região. Sem medo de errar: existem muitos "brasis" muitas especificidades dentro do Brasil. Fatores geográficos e históricos explicam tais diferenças. No entanto, faz-se necessário, dentro dessa diversidade encontrar linhas descritivas, que possam ajudar no mapeamento de mulheres ou arranjos de produtivos que colocaram as mulheres como protagonistas de suas histórias.

O primeiro aspecto a ser levantado diz respeito à desigualdade. O Brasil, além de apresentar realidades regionais muito distintas, é um país marcado por profundas desigualdades sociais. O problema da exclusão e marginalização social não é recente no Brasil. As atuais desigualdades de renda, de acesso à educação, de acesso ao trabalho, dentre outras, resultam de um padrão produtivo que se instala, de forma rápida e desordenada, numa sociedade estruturalmente racista. Nesse quadro de pobreza e de exclusão a desigualdade de gênero ganha contornos dramáticos.

Em linhas gerais o intenso e desarticulado processo de industrialização vivido pela economia brasileira a partir dos anos 30 e com mais intensidade no pós-guerra teve as seguintes características: concentrou atividades industriais na região sudeste, provocando nessa região um desarticulado e ineficiente processo de urbanização. As cidades se constituíram num polo de atração de migrantes originados das áreas de intensa seca do país da Região Nordeste, e de áreas em que o trabalhador rural foi substituído pela maquinaria. A Região Sul possui uma especificidade: a estrutura de propriedade da terra marcada por pequenas propriedades e as cidades são menos desordenadas. Vale destacar no centro-oeste do país predominam latifúndios, voltados para monocultura e na Região Norte a floresta amazônica.

O enfrentamento da questão da desigualdade sempre foi uma bandeira de retórica política, mas com poucas ações efetivas e articuladas no desenho das políticas públicas. Vale lembrar que entre 1964 e 1985 o país atravessou um período em que forças democráticas foram substituídas por regimes autoritários, que em nome de um desenvolvimento econômico ampliaram ainda mais as condições de desigualdade no país.

O fato é que o período de redemocratização, pós 1985, possibilitou a retomada do debate acerca das condições socioeconômicas da economia brasileira e, principalmente, quanto às opções de ações para o enfrentamento do desemprego, exclusão e

vulnerabilidade. Em 1988, com a promulgação da chamada Constituição Cidadã, pela primeira vez o Estado avançou na compreensão de que a pobreza é um problema coletivo e por isso demanda um conjunto de ações para seu enfrentamento.

A partir daí, mais especificamente a partir de 2002, políticas sociais ganharam capilaridade, em especial, políticas de transferência de renda para o atendimento às famílias extremamente pobres da região nordeste do país. No entanto, desde os anos 1990 o tema da Economia Social e Solidária reverbera como importante aliado no enfrentamento das desigualdades, visto que se constitui numa importante forma de geração de trabalho e renda.

Uma vez estabelecido o enfrentamento da pobreza como objetivo dessas políticas públicas, faz-se necessário compreender alguns aspectos que colocam a temática feminina no centro da discussão.

Independente do corte que seja feito, a hipótese da subordinação da mulher no mercado de trabalho sempre se confirma. A desigualdade entre homens e mulheres não tem nada de "natural" e não é determinada pelas diferenças biológicas entre os sexos, sendo sim uma longa construção social, enraizada em todas as dimensões de nossa sociedade. Numa sociedade patriarcal, mulheres enfrentam dificuldades para conciliar a vida produtiva com a vida reprodutiva, como as atividades de cuidados com a casa e dos filhos se somam à jornada de laborais, a oferta de jornadas mais flexíveis aparece como solução e encobre a posição subordinada.

Cada vez mais as mulheres estão ocupando funções de mantenedoras principais do sustento da família. Estão na economia solidária, na agricultura familiar e no assalariamento rural e urbano, no serviço público e em várias profissões. Porém, dados gerais de remuneração denunciam as desvantagens nas condições de inserção comparativamente aos homens, independente do nível de escolaridade. Essa desigualdade entre homens e mulheres se perpetua na sociedade de forma violenta, porém sutil, visto que cristaliza um padrão de subordinação. Esse padrão de subordinação ganha contornos dramáticos nas camadas mais pobres da população, em que mulheres que são chefes de família tem menos poder de barganha na definição suas jornadas e remuneração.

Esse retrato bastante complexo e discriminatório mobiliza o debate em torno de ações. Destacam-se ações inseridas no campo da economia solidária capitaneadas por mulheres e direcionadas para mulheres, cuja sensibilidade, criatividade e assertividade no enfrentamento da vulnerabilidade se tornam referência, tanto no enfrentamento da desigualdade urbana como na rural.

O argumento será apresentado em três partes.

Inicialmente serão apresentados alguns elementos que compõem o campo conceitual da Economia Solidária e se mostram particularmente adequados para o enfrentamento político da questão da vulnerabilidade.

Em seguida serão apresentadas experiências lideradas por mulheres e com foco nas fragilidades desse coletivo para transformação das condições de subordinação das mulheres numa sociedade patriarcal. Tais experiências não serão segmentas por meio urbano ou rural, sua linha condutora será a organização de empreendimentos sociais e solidários na forma de rede.

Por fim, nas conclusões serão apontados os ganhos, os limites e as alternativas diante de um quadro tão desafiador.

2. CONSTRUINDO AS ALTERNATIVAS NO CAMPO DA COOPERAÇÃO

Antes de apresentar os casos cabe destacar dois elementos que confirmam o potencial dos princípios da Economia Solidária como forma de articulação e mobilização das comunidades para não apenas para a superação da vulnerabilidade, mas basicamente como forma de empoderamento desses grupos no território.

O primeiro elemento a destacado mostra que relações de produção e de trocas de mercadorias, na perspectiva das diretrizes e princípios da Economia Solidária, refletem o exercício político das comunidades. Trocas devem ser entendidas para além das relações técnicas de produção, pois é sua dimensão simbólica que possibilita que as comunidades reproduzam suas relações sociais e culturais, que vão desde a transmissão entre gerações de informações acumuladas do passado até a construção coletiva de novas informações. Assim, as trocas simbólicas, ao permitirem o alinhamento social e cultural das comunidades, criam a noção de reciprocidade capaz de formatar as relações solidárias.

O processo de criação de reciprocidade é o elemento distintivo das experiências de cooperação, visto que permite a formação de grupos (economias) com identidade específicas: quilombola, feminista, da reforma agrária, da periferia, dos povos da floresta, de consumo consciente, dos povos tradicionais, da mulher do campo e da cidade, dos catadores, de dos jovens, da agricultura familiar etc.

Uma vez que essas múltiplas economias passem a reivindicar, no campo dos direitos políticos, a garantia do espaço público e de políticas públicas evidencia-se o potencial da Economia Solidária em criar uma institucionalidade capaz de articular consensos e mobilizar o protagonismo político desses atores nos territórios.

O segundo elemento a ser destacado diz a respeito à concepção de sustentabilidade. Na Economia Solidária, a sustentabilidade não se reduz aos resultados econômicos e/ou financeiros. Falar em sustentabilidade significa garantir a continuidade da transmissão das trocas simbólicas, sejam elas culturais ou pauta política. Diante disso, se ampliam os contornos da atividade de gestão para atender sua dimensão

participativa, que agora demanda práticas e procedimentos de autogestão, cujo critério deve ser o papel ativo dessas comunidades no desenvolvimento local.

Vale lembrar que, sendo a Economia Solidária uma maneira alternativa de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, as empresas pertencem aos próprios trabalhadores e sendo por eles administradas, sua organização é baseada na democracia e na cooperação. Sendo, por isso, entendida como um projeto democrático de desenvolvimento econômico, pois objetiva melhorar a qualidade de vida e de trabalho, sem concentrar renda e sem discriminar as pessoas pelo seu sexo, orientação sexual, cor, raça, idade, religião, deficiência física etc.

O potencial da Economia Solidária ganha densidade quando caminha para embasar ações de inclusão produtiva e mobilização no território. Paul Singer (2006) mostra que para discutir economia solidária e experiências sociais é necessário perceber que "há um avanço qualitativo na construção do conceito de desenvolvimento... e que o combate a pobreza não pode ser individualizado... é preciso ter um enfoque comunitário ao invés de dirigido a grupos isolados" (p.19).

Segundo Gaiger (2014) a maioria dos empreendimentos econômicos solidários (EES) apresenta baixa sustentabilidade financeira. Entre os EES ligados à produção, 64% enfrentam problemas de comercialização, baixa escala de produção, falta de documentos legais e carência de pessoas preparadas. Tais informações confirmam que as sobras líquidas divididas pelos associados acabam sendo pequenas, agravando dessa forma a capacidade de autofinanciamento dos empreendimentos (CULTI, et alli (2010) p. 86). Além disso, Gaiger (2014) também chama atenção para a necessidade de envolvimento social e político. Quanto maiores os vínculos comunitários e compromisso social, maiores as chances de garantia de trabalho e renda para os sócios. Mais especificamente, nas palavras do autor:

"de maneira clara seus vínculos comunitários e seu compromisso social em plano organizativo mais amplo... dão prioridade à viabilização de sua atividade econômica e sua estratégia de união de esforços... [que]... indicam motivações e tendências gerais de desenvolvimento" (p.93)

Entender o desenvolvimento territorial a partir da ideia do desenvolvimento endógeno, significa compreender que dinâmicas são assentadas na cooperação, na aprendizagem, nos conhecimentos tácitos, nas culturas técnicas específicas e nas inter-relações sinérgicas. Nesta perspectiva, a explicação fundamental para o desenvolvimento endógeno está associada ao elevado grau de capital social encontrado nas comunidades em que as ações são praticadas. Capital social diz respeito às características de organização social que contribuem para o aumento das ações coordenadas e articuladas.

Surge então a ideia constituição de elos integradores (redes) capazes de dar suporte à construção de uma organização social-local-territorial com uma forte capa-

cidade de cooperação em torno do projeto coletivo que considere as dimensões (i) socioeconômica; (ii) social e cultural; (iii) ambiental; e (iv) política.

2.1. O Caso da Rede Economia Solidária Feminista (RESF)

Como visto, a Economia Solidária tem crescido como alternativa econômica, como movimento social e política pública. Mas, o mapeamento das condições de inserção das mulheres nos empreendimentos solidários mostra que, por segmentos produtivos, 48% das mulheres se encontram artesanato, 17% na confecção, 13% na alimentação, totalizando 78% em atividades que são "tipicamente femininas" dentro da divisão sexual do trabalho (GAIGER, 2014).

Diante desse quadro de vulnerabilidade social das mulheres, quais caminhos podem ser trilhados para seu enfrentamento? O relato da experiência do processo de articulação da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF) poderá trazer elementos para essa reflexão.

Segue abaixo uma definição da RESF pela RESF:

"Nossa Rede é para articulação entre os empreendimentos, troca de experiência, fortalecimento da atividade produtiva, visibilidade e valorização do trabalho, construção de identidade e de pertencimento para unidas, sermos mais fortes. Nossas propostas para construir sustentabilidade partem da discussão nos empreendimentos, focando as situações locais, e avançam na articulação da rede. As mulheres, além de produtos diversos, produzem conhecimento e precisamos compartilhar esses saberes, centrados na colaboração solidária. Precisamos avançar em nossas práticas organizativas e autogestionárias, tanto na produção quanto na participação nos espaços de discussão política e de gestão da política pública. É necessário o empoderamento e o fortalecimento econômico das mulheres que, apesar de constituírem maioria na economia solidária, ainda continuam sendo os empreendimentos mais vulneráveis". (ADS, 2016, p.18)

Inicialmente é importante explicitar que a RESF se caracteriza por ser uma rede aberta, em permanente construção e assentada na experiência e na luta das mulheres que assumem conscientemente seu protagonismo na economia solidária e feminista.

Em 2017 a RESF articulava 220 empreendimentos em 25 redes. Envolve 2.518 mulheres e 407 homens, em nove unidades da federação, nas cinco regiões geográficas do país. Essa rede corrobora um processo de afirmação das mulheres como parte integrante da economia solidária, recuperando seu papel como um segmento que vive a especificidade de sua condição de mulher, visto que valoriza:

- Afirmação da Identidade: resgate do peso das mulheres na economia solidária.
- Território: as mulheres falam: "do campo e da cidade" mostrando a amplitude

de desta representação nos diferentes movimentos e processos de lutas sociais, portanto, fazendo parte da construção política da luta democrática e por direitos.

- Representatividade: diversidade étnica/racial, cultural, de orientação sexual, espelhando a riqueza do povo brasileiro.
- Legitimidade e Indignação: O ato de se afirmar como segmento social e econômico resgata a legitimidade para construção de projeto para toda a sociedade e a legitimidade de quem reproduz a vida e cuida da vida.

Helena Bonumá relata que a constituição da RFES para a auto-organização das mulheres, é resultado de discussões realizadas no Grupo de Trabalho de Gênero no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que em 2011 se afirmou num espaço específico e permanente das mulheres da economia solidária. Ainda que tenha muito a avançar, esse GT foi um marco importante, pois partir daí a situação das mulheres no interior do movimento de economia solidária não foi mais a mesma, suas demandas passaram a ser entendidas: como atividade econômica, movimento social e como política pública.

A RESF é uma experiência desenvolvida pela Rede Guayí ("semente" no idioma guarani)³⁹. Sendo desenvolvido pela Rede Guayí, de março de 2010 a outubro de 2012, a RESF contar com a participação e o engajamento de agentes de desenvolvimento e o apoio de parcerias locais, em oito estados (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Pará) e no Distrito Federal, nas cinco regiões do país. Tal fato proporcionou uma rica amostra da diversidade étnica, cultural e regional do trabalho das mulheres.

Nessa primeira experiência foram identificadas possibilidades concretas para garantir a visibilidade e a qualificação das iniciativas produtivas das mulheres e sua viabilidade econômica. Porém, para avançar nessas conquistas ficou claro que seria necessário fortalecer as práticas organizativas e autogestionárias, tanto na produção quanto na participação nos espaços de discussão política, nas decisões sobre as políticas públicas, nos fóruns de economia solidária, no movimento de mulheres e nas instâncias dos diversos movimentos sociais.

Seria necessário então o fortalecimento dos empreendimentos com protagonismo majoritariamente feminino para o empoderamento e a conquista da autonomia econômica das mulheres. Os pontos de partida deveriam ser: a visibilidade e a valorização do trabalho e da capacidade produtiva e de gestão das mulheres. Foi com este

39. Projeto desenvolvido pela Rede Guayí, intitulado "Brasil Local: Economia Solidária e Economia Feminista", de âmbito nacional, voltado à valorização das iniciativas de geração de trabalho e renda constituídas por mulheres, de forma associativa e solidária. O projeto foi uma das ações do Brasil Local: Economia Solidária em Desenvolvimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES/MTE.

intuito que se articulou a RESF, já com presença em diversas redes em nove unidades da federação⁴⁰.

O próximo desafio passou a ser desenvolver uma metodologia que pudesse ser aplicada coletivamente no projeto da RESF. É importante destacar que o trabalho com mulheres coloca em evidência, como ponto de partida, a necessidade da construção de uma identidade que as permita vivenciarem-se como sujeitos. Mais especificamente, uma identidade que permite tanto o reconhecimento e valorização de sua contribuição para a sociedade como a afirmação de suas capacidades apreender os valores do solidário, fraterno e igualitário. Entendida aqui como sustentabilidade subjetiva, tais valores são a grande força e diferencial da rede, visto que tornam essas mulheres protagonistas do trabalho e, mais importante, da vida.

Metodologicamente, a RESF este processo foi tecido de muitas formas respeitando a diversidade e especificidades das integrantes de cada empreendimento. Linhas da vida, rodas de conversa sobre o trabalho doméstico e o trabalho produtivo, narrativas e testemunhos foram partes integrantes da ação pedagógica.

Num segundo momento, o conhecimento mais aprofundado desta realidade e o método de construí-lo permite iniciar a fase dos diagnósticos produtivos dos empreendimentos e a ficha de informação da trabalhadora como insumos desta construção. Também foi realizado um estudo de viabilidade das redes, uma discussão sobre indicadores feministas e a construção de um instrumento de pesquisa com este objetivo. Por fim, o assessoramento é finalizado com a elaboração de planos de sustentabilidade.

A RESF tem um desenho muito bem definido e dotado de significado: de uma *mandala*. No centro dessa *mandala* está o Conselho Gestor Nacional, que constitui a instância nacional de coordenação: define seu planejamento estratégico, suas prioridades e planos de ação e responde pela representação da rede.

Para planejar e construir os pressupostos e caminhos para a sustentabilidade da Rede esse Conselho Gestor Nacional reúne representantes da equipe técnica nacional

40. Os objetivos da RESF (...)

- I. Articular redes para fortalecimento produtivo e comercial dos empreendimentos (por segmento produtivos, arranjos locais e/ou cadeias produtivas) ou qualificação e fortalecimento de redes já existentes;
- II. Qualificar empreendimentos, redes, arranjos e cadeias produtivas que compõem a RESF para a autogestão, a solidariedade e incentivar a constituição de Conselhos Gestores como espaço democrático de autogestão;
- III. Qualificar os empreendimentos e redes para elaboração de Planos de Sustentabilidade;
- IV. Compartilhar saberes, através das trocas e intercâmbios;
- V. Articular com as políticas públicas existentes, bem como formular para a implantação de novas políticas públicas nas diversas áreas necessárias;
- VI. Estimular o pertencimento das redes e dos empreendimentos solidários à RESF, intensificando a identidade com a economia solidária;
- VII. Fortalecer a Economia Solidária e Feminista a partir da gestão de projetos de sustentabilidade para empreendimentos e redes/arranjos/cadeias, que se articule com uma estratégia de desenvolvimento sustentável e de construção de uma sociedade democrática e igualitária.

e das bases de economia solidária e feminista estaduais. Esse é o espaço para socialização das informações estaduais, da troca de experiência para elaboração coletiva e orientação das ações nos estados. Apesar da dinâmica de funcionamento de cada um dos Conselhos Gestores Estaduais ser própria, a orientação é a de que se reúnam mensalmente, com representantes dos empreendimentos envolvidos, como o espaço de aprendizado coletivo e de autogestão da rede. Dificuldades e desafios comuns, podem resultar na construção de estratégias e mecanismos de comercialização, na realização de parcerias que possam resolver problemas técnicos, de qualificação, de produção e de gestão, sempre em benefício do conjunto dos empreendimentos.

Porém, o diferencial da RESF é a constituição do espaço de articulação política em cada Estado. Nesse espaço, redes internas, arranjos produtivos locais e parcerias podem se encontrar e interagir. Esse é o espaço para o aprofundamento do debate sobre sua organização, nas ações conjuntas de articulação política, de cidadania, de relações de cooperação solidária e de cuidados. Além disso, esse é o espaço para somar forças para o encaminhamento das demandas, para formação em economia solidária e feminista, e o monitoramento e avaliação das ações de fomento.

O relato acima confirmou a forte complementariedade entre a economia feminista e a economia solidária, visto que têm em comum uma compreensão dos sistemas produtivos que vai além dos limites do mercado, tendo como referências as necessidades humanas e o bem viver. Confirmando a necessidade do espaço para o aprofundamento da sustentabilidade dos empreendimentos que compõem a rede nos territórios. No entanto, em vários momentos continua sendo apontados limites à essa construção.

Apesar dos avanços no desenho e na articulação da RESF, problemas no acesso ao financiamento e no assessoramento para construção da valorização e sustentabilidade dos empreendimentos, dificultam a luta pelo protagonismo das mulheres no território e sua participação política.

2.2. Aprendizados e desafios advindos da organização das mulheres em Empreendimentos Econômicos Solidários

Não há como discutir o impacto da RESF sem considerar os resultados dessa ação no para as mulheres envolvidas nos empreendimentos estruturados nessa rede. Em sua maioria, as mulheres que participam desses empreendimentos são adultas, responsáveis por filhos e famílias, estão fora do mercado formal de trabalho e buscam no trabalho associado e cooperativo alternativas de gerar renda, de inclusão social, de convivência, de ressignificar as próprias vidas. Além disso, Bonumá (2015) destaca que parcela importante dessas mulheres são participantes e/ou egressas dos programas

municipais de assistência social. Fatos que corroboram a situação pobreza e de vulnerabilidade desse coletivo.

Os impactos serão apresentados como síntese das narrativas das mulheres que participam diferentes cooperativas, rurais e urbanas, em diferentes estados brasileiros pertencentes à RESF⁴¹. Para Bonumá (2015) "as narrativas dessas mulheres produziram um quadro para a composição de uma colcha coletiva, que ficou bastante grande e bonita, para mostrar o trabalho das mulheres e simbolizar a construção conjunta em rede" (op cit, p83). Muitos pontos podem ser identificados nestes registros, contudo o eixo comum a ser sublinhado diz respeito ao impacto que as atividades de formação em economia solidária e feminista tiveram na ressignificação de suas vidas.

Basicamente, as narrativas apontam o sentido de valorização do trabalho, de reconhecimento das diferenças culturais e da diversidade regional e étnica vinculados à participação nos empreendimentos organizados de forma autogestionada e solidária.

Também há o reconhecimento do aprendizado quanto ao funcionamento coletivo e compartilhado dos empreendimentos. Identificando a capacidade autogestionária como alicerce básico para um projeto emancipatório.

Além disso, as narrativas também apontam para o ganho de autoestima e importância de seu papel social. Esse ganho, somado à ação coletiva no empreendimento, estimula a participação de lideranças no bairro e no município.

Porém, apesar desse reconhecimento da contribuição das práticas autogestionária das mulheres para a economia solidária, ainda há clareza quanto às fragilidades dos empreendimentos. De certeza forma, há o reconhecimento de que tais empreendimentos, ainda estão inseridos em relações capitalistas competitivas tradicionais.

Assim sendo, algumas questões podem ser levantadas.

O primeiro aspecto que pode deixar de ser considerado é que essas mulheres entram na economia a partir de seus saberes e de suas práticas historicamente realizadas desde seu lugar de mulher na sociedade. Tomando como exemplo o sonho de uma cozinha industrial, que aparece na narrativa de algumas cooperadas, ao mesmo tempo que demonstra a capacidade empreendedora desse coletivo reafirma a importância da cozinha e do preparo dos alimentos, não apenas como necessidade doméstica e de reprodução das famílias, mas como atividade econômica que pode ser realizada comunitariamente, ressignificando sua prática no contexto possível de uma economia mais próxima das necessidades da vida.

Da mesma forma, o engajamento das mulheres nas atividades comunitárias e de proximidade, somado ao trabalho no empreendimento, constituem o pilar distintivo e consistente para o desenvolvimento local. Isso representa o reconhecimento de que essa de que as possibilidades de emancipação, nos marcos da história em que vivem, só poderá se desenvolver na medida em que houver condições e suporte para

41. Em anexo estão os depoimentos extraídos do trabalho *"As mulheres e a economia solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor"* de Helena Bonumá (2015).

tanto. Vale dizer, as iniciativas constituídas por mulheres, em sua maioria, têm até dez integrantes, está assentada na necessidade básica de compatibilizar o trabalho para gerar renda com as atividades domésticas e de cuidados. Ou seja, antes de ser uma opção política, é uma necessidade concreta das mulheres para frente às suas responsabilidades.

Em conclusão, o diagnóstico qualitativo da participação das mulheres na economia solidária na RESF tem um sentido contraditório. De um lado, ocorre basicamente a partir de segmentos produtivos "femininos", em um grau de fragilidade muito grande, conciliando o trabalho com as atividades domésticas e de cuidados, tidas como responsabilidade de mulheres, e, dessa forma, reproduzindo a discriminação do lugar das mulheres na divisão sexual do trabalho. De outro lado, não tem como deixar de considerar, que a economia solidária tem significado para estas mulheres um espaço de participação e uma possibilidade de autonomia econômica e de engajamento na superação dos limites de seu papel social com a construção de alternativas.

Conclui-se, nas palavras de Bonumá:

"que a ação das mulheres traz as necessidades do espaço doméstico, privado, para a esfera pública e da produção, ressignificando assim a economia e destacando a esfera reprodutiva como fundamental para a produção da vida e, com isto, reafirmando a economia solidária como alternativa, atribuindo-lhe um conteúdo novo. Assim podemos dizer que "as experiências femininas e feministas qualificam a economia solidária" e que a economia solidária aparece, para estas mulheres, como uma aposta numa vida melhor" (op cit. p 88).

Coerentemente com a ideia de rede, França Filho (2017) mostra que o processo de incubação quando relacionado aos EES pressupõe uma mudança no objeto da incubação: deixaria ser o empreendimento e passaria a ser o território. Esta ênfase é importante na medida que o assessoramento deve buscar uma perspectiva mais sociopolítica e sócio organizativa do que apenas econômica ou organizacional. Ou seja, o estímulo à dinâmica associativa no local parte da premissa de que a comunidade deve estar organizada para encaminhar seu desenvolvimento de forma sustentada. (op cit, páginas 187 e 188).

Nessa perspectiva, a necessidade de assessoramento deve ser compreendida como uma ferramenta para articulação dos vários empreendimentos com vistas à constituição de um circuito próprio de relações socioeconômicas, intercâmbio de experiências e saberes formativos. Seriam objetivos do assessoramento: permitir a sustentabilidade e fortalecer seu protagonismo no território. (França Filho (2017)).

Mesmo que a política de capacitação esteja centrada em questões técnicas, é importante que esta técnica seja portadora de valores. Como visto, processos de formação devem estar voltados para a construção de uma concepção crítica do processo produtivo em que a solidariedade seja resgatada como elemento dinamizador e

transformador. Assim, sendo os conteúdos pedagógicos que compõem os projetos de formação/capacitação devem estar inseridas num pensamento emancipatório de inclusão e transformação. Para atender as demandas dos empreendimentos econômicos solidários, a proposta ideal de atuação das Bases de Serviços ganhe funções estruturantes⁴² de valorização da estrutura social, que significa ver os empreendimentos solidários, além das relações técnicas de produção e comercialização, visando a formação da sua identidade, valorizando suas trocas simbólicas

Por isto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério o Trabalho (SENAES/MTE) concentrou atenção na estruturação das Bases de Serviços, como peça central em seus programas de apoio às redes de empreendimentos solidários.

Como visto no item anterior, RESF tem como eixo estratégico as atividades de formação de identidade dos empreendimentos femininos. Muitas dessas atividades de assessoramento foi realizada por meio de recursos financeiros obtidos nos editais de oferecidos pela SENAES (MTE). Porém, instabilidades e alternâncias de projetos políticos colocam em a continuidade dos serviços de assessoramento oferecidos pelo governo federal, estadual ou municipal. Essa se constitui na maior fragilidade no desenho da política pública.

2.3. O ecofeminismo como alternativa?

No Brasil, em decorrência da alternância de poder, as políticas públicas de apoio às redes empreendimentos econômicos solidários vem sendo esvaziadas. Ao mesmo tempo, vem sendo observadas experiências das organizações coletivas de mulheres centradas no conceito de ecofeminismo. Tais experiências estão basicamente associadas às atividades agrícolas. Ainda é prematuro estimar seus efeitos para a superação da vulnerabilidade feminina, porém se constitui numa importante alternativa de organização de cooperativas femininas, em especial, por seu compromisso com a sustentabilidade.

Torres (2009) mostra que as três tendências/movimentos ecofeministas que explicam a violência contra a mulher: (i) o clássico; (ii) o espiritualista do Terceiro Mundo; e (iii) o construtivista. Para o autor, essas abordagens, que tanto se complementam e se contradizem, associam a ecologia com feminismo para defender a ideia de que todas as questões de dominação estão interconectadas e compreender que, tal como a opressão das mulheres, a destruição dos recursos naturais significa fazer a crítica ao modelo do "sistema capitalista patriarcal mundial".

No ecofeminismo clássico, a obsessão dos homens pelo poder teria levado –e ainda leva– o mundo a guerras catastróficas, ao envenenamento e à degradação do planeta. Aponta-se aí a oposição entre a ética feminina de proteção dos seres vivos à essência agressiva masculina. Nessa abordagem, atitudes maternas acabam pré-dis-

42. Ver Rosandiski (2015b).

pondo as mulheres ao pacifismo e à conservação da natureza. Também no ecofeminismo espiritualista do Terceiro Mundo⁴³, apesar conferir ao princípio da cosmologia a tendência protetora das mulheres para com a natureza, é possível identificar de postura crítica contra a dominação, a luta antissexista, antirracista e antielitista.

Mais ciente da construção de uma ação, a linha construtivista defende que a relação das mulheres com a natureza não está associada a características próprias do sexo feminino, mas é originária de suas responsabilidades de gênero na economia familiar, criadas através da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade. Dentro dessa linha construtivista, Flores e Trevisan (2019) argumentam que esse movimento vem ganhando representatividade no espaço rural a partir do protagonismo das mulheres camponesas junto à produção de alimentos e ao manejo de recursos naturais. Mais especificamente, os autores mostram que organização dessas mulheres está dividida em grupos distintos por regiões e/ou por organizações sindicais, como o Movimento das Margaridas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Movimento das Mulheres Camponesas e o Movimento das Mulheres Indígenas. Ainda segundo os autores, apesar de um conceito ainda em formação, na prática há ganhos e potencialidades no questionamento dos padrões culturais que estão contribuindo para a degradação ambiental.

Importante destacar que tais experiências são recentes, ainda circunscritas às atividades rurais, mas quando sistematizadas poderão contribuir para o debate acerca das ações para o enfrentamento do empoderamento feminino, incluindo aí a importante pauta ambiental.

3. COMENTARIOS FINAIS

Como amplamente discutido e denunciado, o sistema capitalista de produção é patriarcal, e, de certa forma, continua assentado na divisão sexual do trabalho. Distinções na ocupação de espaços associados à vida produtiva e à vida produtiva explicita a desigualdade entre homens e mulheres. A economia feminista denuncia esta situação, questiona o sistema produção centrado na visão e na experiência masculina e nas prioridades do mercado capitalista, e recupera o que tem sido o trabalho invisível das mulheres nos cuidados e na reprodução da vida.

Diante da percepção do potencial do diálogo da economia solidária com a realidade local e com o desenvolvimento sustentável, muitas ações foram empreendidas tendo mulheres como protagonistas. Tais ações tinham como finalidade fomentar a prática de mulheres vulneráveis e marginalizadas e, basicamente disseminar processos participativos e comunitários típicos dessa forma alternativa de organização

43. Originado nos países do sul e influenciado pelos princípios religiosos de Ghandi, na Ásia, e da Teologia da Libertação, na América Latina.

produtiva. O êxito dessas ações está no empoderamento dessas mulheres no espaço produtivo, na comunidade, no território e na esfera política.

Nesse caso, a ideia central era validar a hipótese que que fortalecimento das trocas simbólicas construiria vínculos e fortaleceria o modelo alternativo e solidário, com participação e responsabilidade social com os cuidados com a vida em todas as suas dimensões. Esse desafio uniu movimento feminista à economia solidária, que se iniciou um processo de articulação e mobilização desses coletivos, valorizando a vivência das mulheres nas suas diferentes áreas do saber, da cultura.

O protagonismo da Rede de Economia Solidária Feminista, discutido nesse texto, foi decisivo. Essa ação, mesmo esbarrando em limites, conseguiu extrapolar as vantagens da solidariedade e da autogestão do dia a dia para além da gestão dos empreendimentos. Os relatos das cooperadas mostram que elas, além de poderem dividir melhor o tempo entre o trabalho doméstico, os cuidados e a produção, obtiveram ganhos de autoestima e participação política no bairro/comunidade/território. Esse fato, ainda que contraditório pode ser entendido como ganhos inequívocos.

Mas, como pôde ser avaliado, entre a teoria e prática ainda há uma longa distância a ser percorrida. Percebe-se que as mulheres continuam a se dedicar às atividades nas quais têm conhecimento e experiência, e, quando realizadas na própria casa, muitas atividades se tornam quase uma extensão do trabalho doméstico.

Ainda assim, mais uma vez cabe registrar um avanço associados às experiências da economia solidária: a despeito das reproduções de subordinação as atividades produtivas geradoras de renda, pelo seu caráter autogestionário de organização do trabalho, abrem a possibilidade de compatibilizar esse ganho de autonomia com as responsabilidades familiares e domésticas às quais a maioria das mulheres responde.

Assim sendo, se é fato que as mulheres têm obtido avanços em empreender coletivamente, buscar parcerias e fazer cursos de capacitação, também se reconhece que seus empreendimentos continuam frágeis pela impossibilidade de acessar recursos e condições para continuidade de políticas públicas para seu desenvolvimento e sustentabilidade. Como visto, atividades formativas oferecidas pela RESF para as mulheres cooperadas são estratégicas e transformadoras.

Esse aspecto nos permite refletir e concluir sobre importância das políticas públicas para o desenvolvimento de ações que fortaleçam as iniciativas produtivas das mulheres. Em especial defender sua continuidade, como caminho para a qualificação e a construção de viabilidade econômica para empreendimentos produtivos de mulheres.

Por fim, acrescenta-se que qualquer política pública de apoio aos empreendimentos solidários deve reconhecer a distância que ainda deverá ser percorrida pelos coletivos femininos para superar vulnerabilidade e invisibilidade numa sociedade ainda com fortes traços machistas. Apesar de alguns avanços e conquistas apontados, o desafio continua a ser romper com a lógica de que o trabalho da mulher "fora de casa" é complementar, acessório.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADS (2016) Caderno temático 05 - Mulheres e a Economia Solidária. *Projeto Redes de Cooperação Solidária: passos para sustentabilidade*. Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). São Paulo,

BERTUCCI, J. (2010). A política de economia solidária e as diretrizes da CONAES: uma contribuição crítica. In: *Boletim IPEA Mercado de Trabalho*, no. 43, p. 12-25.

Bonumá, H. (2015) AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: A resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor. *Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre 2015

CUNHA, G.C. (2003) Dimensões da luta política nas práticas da economia solidária IN: *Uma Outra Economia Possível: Paul Singer e a Economia Solidária* (organizadores: André Ricardo de Souza; Gabriela Cavalcanti Cunha; Regina Yoneko Dakazaku) São Paulo: Editora Contexto, 2003

FLORES, B.N. e TREVIZAN, S.P. (2019) Fecofeminismo: mulheres e povos rumo à uma cultura sustentável in *Anais da 6a Jornada de Agroecologia da Bahia*. 16 a 20 de outubro de 2019. Território Indígena Payayá, Utinga, Chapada Diamantina - Bahia - Brasil.

FRAISSE, L. (2006). Os desafios de uma ação pública a favor da economia social e solidária. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J (Orgs). *Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 237-244.

FRANÇA FILHO, G. (2006). Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J (Orgs). *Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 57-72.

FRANÇA FILHO, G.C. (2017) O imperativo do Desenvolvimento Territorial na economia solidária e o papel da incubação tecnológica IN: *A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho* (Organizadores: André Ricardo de Souza; Maria Zenin) São Carlos: EdUFScar, 2017

FRANÇA FILHO, G.C. e LAVILLE, J.L (2004) *A economia Solidária: uma abordagem internacional* - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

GAIGER (2014) *A Economia Solidária no Brasil: uma análise dos dados Nacionais*. Editora Oikos Ltda, RS, 2014

MORAIS, L; DI MEGLIO, R. (2014). Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária (ESOL): conexões com a geração local de trabalho e renda. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico Territorial*. Brasília: SEBRAE, 3 ed. Junho, 2014.

ROSANDISKI, E.N. (2015a) Social Innovation: The Undertakings on Solidarity Economy and Public Policy on Production and Integration in Brazil. in *Social Solidarity and South-South Cooperation: A compilation of short South-South Cooperation* articles for the "Academy of Social Solidarity Economy: Social Innovation in the World of Work" (Johannesburg, 2015) - by SSTC scholars.

ROSANDISKI, E.N. (2015b) A Política Pública de Inserção Produtiva e o Desafio da Autogestão. disponível em <http://abet2015.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Eliane-Rosandiski.pdf>.

SANTOS, B.. Prefácio. In: SANTOS, B. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, R.F. (2011) Bases de Serviço de Comercialização - BSCs: elementos para compreensão da Estratégia. Texto Técnico, DECOOP/SDT/MDA, Brasília, Junho de 2011.

SINGER, P. (2006) Cenários e Desafios IN: *Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil* / (Organizadores: Claiton Mello, Jorge Streit, Renato Rovai). São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

SINGER, P. (2017) Propagação Mundial da Economia Solidária In *A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho* (Organizadores: André Ricardo de Souza; Maria Zenin) São Carlos: EdUFScar, 2017.

SOUZA, A.R. (2003) Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho IN: *Uma Outra Economia Possível: Paul Singer e a Economia Solidária* (organizadores: André Ricardo de Souza; Gabriela Cavalcanti Cunha; Regina Yoneko Dakazaku) São Paulo: Editora Contexto, 2003.

TORRES M. (2009) O Ecofeminismo: "Um termo novo para um saber antigo" *Terceira Margem*. Rio de Janeiro. Número 20. pp. 157-75. janeiro/julho 2009.

ANEXO – DEPOIMENTOS

Ângela- "A minha própria valorização: já era costureira, mas nunca tinha tido a oportunidade de dar aula, pois não tinha diploma. Isso eu consegui graças a cooperativa e às amigas encontradas aqui. Financeiramente não é ruim, sempre tem serviço, e apesar dos valores não serem altos é o suficiente para ajudar no sustento."

Leonete- "Conhecer outras pessoas, aprender a trabalhar em grupo, realização de um sonho que era costurar. Aos poucos estão aparecendo encomendas, já passamos por muitas dificuldades, mas com muita força estamos superando".

Valeria- "Era muito tímida, quase não falava em público. Então, a mudança foi tão grande que agora sou a vendedora da Cooperativa. A importância da amizade e do trabalho conjunto. Não sabia fazer quase nada e agora faço muita coisa dentro da cooperativa."

Damasia- (vice presidenta) *"Quando comecei na Cooperativa, havia acabado de sair de um casamento, chorava muito e aqui encontrei a alegria de viver, conseguindo assim melhorar a minha autoestima, trabalhar e crescer junto com as outras. Foi como se fosse uma terapia, antes só vivia para cuidar dos netos."*

Nilva- (presidenta) *"A Cooperativa é a minha razão de viver, embora tenha muitas preocupações, pelo fato de a ser a presidenta e por acompanhar e buscar cada vez mais o crescimento da Cooperativa e das Cooperadas."*

Vanilda- *"Depois que entrei na Cooperativa me senti mais útil. Antes, só ficava em casa cuidando dos filhos e da casa e aqui aprendi muita coisa, inclusive até gostar de costurar, agora penso em futuro e espero muito mais dele."*

Laura- (conselho fiscal) *"A participação na Cooperativa, mudou muita a vida, por tirar da rotina e levar para o mercado de trabalho, troca de conhecimento e um grande aprendizado." .. "Aposentada, aprendi a economizar, comprar, vender, e a divulgar os trabalhos de todas. As reuniões são muito importantes, para troca de saberes e experiências."*

Perspectivas futuras: A aposta na capacitação das cooperadas para qualificação da produção e aumento das vendas. Busca de novas parcerias e a criação de um polo de modas que está em discussão com a prefeitura. (COOPART/DF).

Maria diz que foi recebida com muito carinho e atenção que se sentiu compreendida e valorizada com as 'pessoas solidarias que me deram apoio, atenção e carinho. Então senti comecei a pintar em tecidos até fazer parte da organização e da coordenação do grupo. Hoje eu aprendi o que é ser dona de si, e que eu posso! Aprendi a falar e me defender, dialogar, questionar. Eu não sabia e não entendia como eram as coisas e os direitos. Agora decido e faço meus negócios. Sou outra mulher e me valorizo.' (Clube de Trocas Perpétuo Socorro).

Idair diz que 'com as reuniões da rede, discutimos como resolver os problemas nos grupos, decidimos em conversar e fazer planejamentos e cursos de economia solidaria, de produção em artesanato e panificação, doces e conservas, e sabão caseiro. Assim temos muitos produtos para troca e o grupo passou a ter potencial para viver.' e conta que 'quando comecei a fazer as trocas estava em extrema pobreza, minha renda era só o Bolsa Família. Mas das trocas eu trazia de tudo, alimento calçados, vestimenta, amizades e muitas experiências. Eu tinha 50 anos mas tinha cara de 90. Hoje tenho 56 e estou bem, mas queria ter 22 anos com a cabeça que tenho agora. Pois aprendi muito e participo de tudo o que envolve a economia solidaria e hoje tenho tudo. Mudou a minha vida.' (Clube de Trocas Nova Semente).

Neusa sobre o Espaço mulher: *'O Projeto Economia Solidária e Economia Feminista, veio reconhecer, valorizar e mostrar o trabalho da mulher e tem muito a ver com toda esta proposta dos clubes de troca. Os grupos que o projeto abordou praticamente desconheciam o assunto e, através das oficinas, abriu a possibilidade de reflexão e de descoberta da importância para a vida das mulheres dos assuntos debatidos. Desper-*

tou um interesse que temos que discutir e dar continuidade, para ter uma economia solidária sem discriminação, valorizando o trabalho e a participação das mulheres.' (...)

*Hoje o Espaço Mulher está com aproximadamente 60 empreendedoras, com lista de espera, mas para novas vagas temos que abrir um edital junto com a secretaria, o que só ocorre uma vez por ano, sempre no aniversário do Espaço Mulher. Para isso, também é criada uma comissão de avaliação das novas empreendedoras, que devem fazer cursos de formação em economia solidária. Também passamos sempre por um recadastramento no mês de agosto. Hoje estamos tentando na câmara municipal a aprovação da lei que nos garanta a permanência na praça Santa Tereza, no centro da cidade. Com toda a experiência que estamos acumulando, nós temos uma certeza, somos reconhecidas e referência para outros municípios. Participamos também de movimentos ligados à mulher. Somos convidadas para participar de outras feiras e eventos, para falar sobre a nossa experiência e incentivar outros grupos de mulheres. Temos representantes nos conselhos municipais de segurança, da mulher e duas representantes no conselho municipal de economia solidaria que está sendo implantado em Teresópolis. Sabemos que temos ainda alguns desafios, como a criação de uma associação, como a proposta do eco banco e a formação de um fórum. E, como mulheres organizadas, apostamos no futuro. (**Espaço Mulher/RJ**).*

*Tudo isso nos faz refletir sobre a história de superação de nós, mulheres, e que ainda temos muito a conquistar quando se fala de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades, sem fugir dos princípios agroecológicos e solidários e sem perder a cultura e os valores comunitários, sem abrir mão de nossos direitos como mulheres. Queremos autonomia para buscar a sustentabilidade do nosso empreendimento, mas precisamos de políticas públicas que atendam nossa realidade, como por exemplo uma estrutura de um restaurante popular para a nossa comunidade através do programa fome zero garantindo geração de renda para as mulheres, melhorando as condições de vida das famílias e da comunidade. Queremos o fortalecimento das práticas de desenvolvimento local, com economia solidária e garantia dos nossos direitos. (**COOPERMUPS**).*

*As decisões do grupo são coletivas; o trabalho é coletivo bem como a partilha dos recursos vindos da venda, mesmo que muito pequenos ainda. Isso quando não decidem deixar o dinheiro na caixinha, para alguma emergência (arrumar o pneu furado do carro de mão do tio, por exemplo) ou necessidade de alguém do grupo. Por serem da mesma família, morarem perto e plantarem no mesmo terreno, reúnem-se ali mesmo, na horta, para planejar a plantação. (**Planeta Vivo, Abreu e Lima/PE**).*

(...) vão se virando com o que têm, sempre visando a melhoria do espaço. Recentemente obtiveram, junto ao Pronaf, um empréstimo de R\$ 2.000,00 que serviu para a compra de um fogão de seis bocas, assim como liquidificador, batedeira, bacias, panelas, facas e outros instrumentos necessários para a produção. Processam o peixe e preparam os alimentos na casa de uma das integrantes, no entorno da "sede da colônia": uma sala, que serve para diversos fins, como reuniões; sala de aula do Projeto Pescando

Letras (Alfabetização de Jovens e Adultos, numa parceria do MPA com o Governo do Estado) e abrigará o telecentro. É nesta sala que também fica o fogão e para lá que o alimento, pré-pronto, é levado para ser cozido, frito ou assado, conforme sua especificidade. Para breve, entretanto, enquanto aguardam o projeto maior, contam com a iniciativa da prefeitura, que vai estruturar, mesmo que provisoriamente, uma cozinha semi-industrial numa pequena construção ao lado desta sala, que será azulejada e contará com um balcão para o processamento dos alimentos.

*(...) Este, inclusive, consta como o primeiro item do 'Acordo de Convivência' do grupo - um conjunto de regras constituídos para seu funcionamento, no qual também está inserida a necessidade de confiança mútua; de divisão de tarefas e de cooperação. Há também itens que falam especificamente sobre como agir em relação aos erros, desavenças, intrigas e até mesmo TPM ou como enfrentar a existência de temperamentos diferentes. Problemas familiares ou outros, que impeçam que uma das integrantes esteja presente ou deixe de cumprir com a divisão de tarefas, deve ser explicado, "e o grupo terá que ouvir e apoiar", exemplificam. (**Empreendimentos de Abreu e Lima, PE**).*

*O grande passo, rumo ao seu sonho, é uma cozinha industrial. Para isso estão construindo, com a parceria principal do IPA, um projeto de turismo ecológico para a região. Em fase de elaboração para posterior apresentação ao MPA, o projeto conta com um galpão que abrigaria uma cozinha industrial –que também serviria para o processamento do peixe dos demais integrantes da Colônia, além de espaço adequado para o administrativo. Além disso, visa construir um pier na beira do porto, valorizando o local e inserindo um quiosque, para comercialização dos produtos. (**Aquarius, Abreu e Lima, PE**).*

*Os desafios são muitos: lutar pela continuidade da feira e sua emancipação. Contribuir para o desenvolvimento dos bairros e do município, construir um bem-estar para si e a família, já que o Arte na Praça já beneficiou muitas famílias. Reafirmar a importância social do trabalho e da participação das mulheres, sua capacidade de se organizar e produzir quando tem oportunidade, e reivindicar uma política pública permanente para gerar trabalho e renda de forma solidária. (**Arte na Praça, Marituba/PA**).*